



ÁREA TEMÁTICA: Identidades Valores e Modos de Vida

Entre estruturas e agentes: padrões e práticas de consumo em Portugal. Resultados da análise quantitativa aos dados do IOF 1967-2006

CRUZ, Isabel Maria Fernandes da Silva

Mestre em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa

Instituto de Sociologia – FLUP

imsilvacruz@gmail.com

Resumo

Pretendemos partilhar e colocar à discussão os resultados da análise realizada aos dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), de 1967 a 2006, e da Eurostat (1999). Através dela actualizamos e identificamos o que mudou ao nível das estruturas de consumo em Portugal (Continente e Região Norte), e contextualizamos a estrutura do orçamento familiar em Portugal relativamente às suas congéneres europeias. Esta análise insere-se no projecto de doutoramento que tem, ainda, como objectivo enquadrar o cruzamento da pluralidade disposicional e da sociologia dos indivíduos atendendo a quadros/cenários de interacção.

O enquadramento teórico que sustenta a análise do consumo enquanto prática social engloba os contributos da sociologia clássica em termos de consumo, designadamente Bourdieu, Elias, Kaufmann e Veblen e os defensores da sociologia do indivíduo, nomeadamente Goffman, Lahire, Featherstone e Bauman, entre outros. Ancorados nestes contributos discutiremos a unicidade e heterogeneidade do *habitus* e os conceitos de reflexividade e identidade.

Os resultados parciais obtidos até ao momento confirmam uma das grandes teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida. A reorganização das rubricas de consumo, em função do gosto influenciado pela necessidade e do gosto pelo exercício da distinção deliberado, torna-as ainda mais discriminativas. Um conjunto de hipóteses laterais, resultantes da investigação empírica, centra-se na capacidade de reflexão e de mudança do orçamento familiar.

Palavras-chave: consumo; prática; habitus; reflexividade; análise quantitativa





1. Introdução

Esta comunicação tem três objectivos: i) discutir o enquadramento teórico definido para analisar o consumo enquanto prática social; ii) debater as questões metodológicas relativas à operacionalização do *habitus* e definidas para esta pesquisa; iii) apresentar alguns dos resultados parciais da análise em componentes principais realizada aos dados dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF), entre 1967 e 2005-06, e da Eurostat, de 1999. Esta análise permitiu constatar o que mudou em Portugal ao nível das estruturas de consumo, ao longo do período em análise e, simultaneamente, contextualizar estas estruturas face às suas congéneres europeias. Permitiu, também, diferenciar as rubricas de consumo determinadas pelo «gosto da necessidade» das determinadas pelo exercício deliberado da distinção e, assim, confirmar uma das grandes teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida. É, ainda, nestes resultados parciais que se fundamentam as estratégias teórico-metodológicas definidas para um outro nível de análise, micro e qualitativo, através do qual se pretende testar os limites e potencialidades da *Teoria da Prática* de Bourdieu. Esta parte da investigação está ainda em curso através da realização de entrevistas biográficas e da recolha mensal de uma “lista de despesas” junto das famílias seleccionadas. É nela que procuraremos encontrar respostas para as questões formuladas ao longo do enquadramento teórico aqui apresentado.

O enquadramento teórico elaborado desenvolve-se a partir da afirmação de Bourdieu “*a prática é a única maneira de compreender a prática*” (Bourdieu, 2002:137). Está centrado nos conceitos de *habitus*, reflexividade e identidade através dos quais se procura, de um modo simultaneamente aberto, tenso e reflexivo, questionar a *Teoria da Prática* em função dos contributos de representantes da sociologia clássica em termos de consumo, e de defensores da sociologia do indivíduo. Nesta comunicação, privilegiaremos as questões relativas ao *habitus* e à reflexividade que abordaremos ancorados em Wacquant, Giddens, Jean-Daniel Reynaud, Lahire, Norbert Elias, Goffmann, Kaufmann, José L. Casanova, Firmino da Costa e J. Madureira Pinto. Propomo-nos, assim, realizar uma análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social,

O consumo é conceptualizado enquanto prática relacional, isto é, do actor por relação: i) aos contextos e espaços sociais; ii) aos outros actores; iii) à sua própria trajectória; iv) à sua própria identidade; v) aos objectos de consumo e ao seu significado simbólico. E, por outro lado, enquanto prática situada no tempo (histórico, ciclo de vida) e no espaço (social e físico).

Esta comunicação está organizada do seguinte modo. O ponto 2 centra-se na *Teoria da Prática* e no conceito de *habitus*; o ponto 3 sobre alguns dos prolongamentos críticos do *habitus*; e o ponto 4 nos contributos de defensores da heterogeneidade do *habitus*. No ponto 5 questiona-se a relação entre *habitus* e reflexividade. No ponto 6 apresenta-se a metodologia utilizada para a análise dos dados do INE e da Eurostat. No ponto 7 os principais resultados parciais obtidos, até ao momento, da análise quantitativa. No ponto 8, em jeito de conclusão, propõem-se estratégias teórico-metodológicas para um outro nível de análise, micro e qualitativo.

2. A Teoria da Prática e o *habitus*

A *Teoria da Prática* define o *habitus* como o princípio gerador de estratégias, de modos de pensar, sentir e agir que permite superar situações “*imprevistas e incessantemente renovadas*”, mas que não se constitui como “*produto de uma verdadeira intenção estratégica*”, (Bourdieu, 2002:164). As práticas que o *habitus* produz resultam de um processo de aprendizagem (socialização), que é dominado por um conjunto de regularidades estatísticas que se encontram associadas a um meio ambiente socialmente estruturado. Esta correspondência entre práticas e condições objectivas é reforçada pelo *efeito de hysteresis*, que constitui um “*reforço secundário negativo*” ao impor sanções às práticas que delas se afastem. Contudo, as práticas não são apenas determinadas pela interiorização da objectividade, elas são antes “*o produto da exteriorização de uma subjectividade estruturada de modo semelhante*”, (Bourdieu, 2002:168). O *habitus* é o



operador que põe em relação estes dois sistemas *na* e *pela* produção da prática. Através dele realiza-se a “*metáfora*”, a criação de novos significados através da transferência do sistema de disposições a novas situações.

A inculcação do *habitus* inclui esquemas corporais, posturas, gestos, a *hexis* corporal à qual se encontra associada uma diversidade de significados e de valores sociais que se realizam na e pela prática. Neste sentido, importa analisar de que modo as práticas de consumo permitem revelar a *aisthesis* e a *hexis* corporal, uma disposição permanente.

Parece-nos, também, importante caracterizar o campo da opinião e o campo da *doxa* no que se refere às práticas de consumo. Para os dois campos importa procurar verificar se existem ou não variações em função dos contextos e dos actores em interacção.

3. Prolongamentos críticos do *habitus*

A análise do consumo enquanto prática social é enriquecida pelos contributos de Wacquant (2004), próximos da defesa da unicidade do *habitus*. O autor salienta elementos de integração e tensão no *habitus* reveladores não só da sua complexidade como também do facto de o *habitus* ser simultaneamente estruturado, pelas condições materiais objectivas e condicionamentos sociais, e estruturante de acções e representações presentes. Estas características conferem, ainda, ao *habitus* dois princípios: o Princípio de Sociação e o Princípio de Individuação.

Importa salientar, ainda, que segundo Wacquant o conceito de *habitus* designa para Bourdieu, uma “*postura de investigação*”, (Wacquant, 2004:5) patente nas características que este autor atribui ao conceito de *habitus*, designadamente: i) sintetiza uma aptidão social, daí que seja variável no tempo, no espaço e em função do poder; ii) “*é transferível para vários domínios da prática*”, daí que seja coerente e revelador de estilos de vida (Bourdieu 1979/1984); iii) é duradouro sem, contudo, ser “*estático ou eterno*”, daí que as disposições incorporadas possam estar sujeitas a desgaste; iv) possui “*inércia incorporada*” decorrente da importância que assumem as primeiras experiências e v) admite a existência de discordância ou, mesmo, de um hiato entre as condições materiais de existência que lhe deram origem e as em que é actualizado, facto que confere uma autonomia relativa às práticas (Wacquant, 2004:3).

Ancorados nos contributos de Wacquant, propomo-nos verificar através da análise das práticas de consumo que o *habitus* regista, acumula e alonga em camadas justapostas a interferência dos diferentes contextos vividos; que o *habitus* patenteia níveis diversos de integração e de tensão em função do grau de harmonia e dos universos em que foi produzido; que permite interpretar quer a crise e a mudança quer a coesão e a perpetuação, já que nem sempre existe correspondência entre o *habitus* e o contexto em que este se desenvolve. É esta incapacidade, “*«falha»*” ou os “*«momentos críticos de perplexidade e discrepância»*” (Bourdieu 1997/2000: 191) que o torna num motor da mudança económica e social. Finalmente, que o *habitus* actua “*como uma mola que necessita de um gatilho externo*” só podendo ser analisado por relação aos contextos sociais ou “*campos*” em que prospera (Wacquant, 2004:4).

Ao constituir o “*princípio não escolhido de todas as escolhas*”, o *habitus* preside às acções que se apresentam como estratégias, mesmo quando o não são (Filosofia da acção disposicional). Ele está, também, na origem de um novo conceito de actor económico definido como “*ser carnal habitado pela necessidade histórica que se relaciona com o mundo através de uma relação opaca de «cumplicidade ontológica» e que está necessariamente ligado aos outros através de uma «conivência implícita» sustentado por categorias partilhadas de percepção e de apreciação* (Bourdieu 1997/200: 163, 2000/2001)”, (Wacquant, 2004:4). Pretendemos verificar se as práticas de consumo corroboram ou não este novo conceito de actor económico.

Um outro contributo que importa considerar é o de Giddens (1994). Para este autor a acção humana é caracterizada por uma forte relação entre a ordem da interacção quotidiana e a ordem institucional, facto que a torna simultaneamente constituída e constituinte da estrutura social. Ela é ainda, por um lado,



recorrente e reflexiva, contribuindo para a contínua reprodução dos sistemas sociais e, por outro lado, intencional embora a sua motivação seja inconsciente e possam existir consequências não desejadas. O *sujeito*, em Giddens é um “*teórico social*”, detentor de uma consciência prática, situada entre o pensamento inconsciente e o pensamento discursivo. Esta é a fonte de conhecimento e de orientação na vida quotidiana, sendo composta por um conjunto de regras tácitas e de significados *taken-for-granted*. Contudo, os *sujeitos* não detêm as mesmas capacidades de mobilização de recursos. Mais ainda, dado que a prática é conceptualizada como estando espaço-temporalmente situada, os cenários de interacção podem potenciar estratégias que libertam a acção da dependência face ao contexto. Tal facto não inviabiliza, contudo, que a acção humana se encontre dependente de uma ordem moral legítima. A análise das práticas de consumo contextualizadas permite ou não identificar estas estratégias libertadoras da acção?

De uma outra perspectiva, os contributos de Reynaud (2002) abrem um conjunto de possibilidades explicativas das práticas que consideramos pertinentes para analisar os comportamentos de consumo. Designadamente o facto do sentido da acção individual se definir pelas respostas de outrem, pelas respostas que o actor dá a estas respostas e pelo conjunto colectivo em que a acção se insere (bateria de sentidos inscritos nos corpos ou de dispositivos). Para o autor, “os julgamentos de gosto” constituem um meio de afirmar e confrontar uma pertença social e contribuem para consolidar as relações sociais, garantindo-lhes uma estabilidade redobrada. Neste sentido, a construção do laço social é simultaneamente construção de dependência e de autoridade, traduzindo uma relação de desigualdade. Tal facto leva a que todas as relações de poder sejam semelhantes e pertençam a uma única categoria: a da dominação. Para o autor, a análise sociológica revela o que há de criação contínua em toda a mudança e os paradoxos desta aprendizagem colectiva. As práticas de consumo permitem ou não evidenciar toda a complexidade deste processo de mudança?

4. Contributos de defensores da heterogeneidade do *habitus*

Iniciamos a abordagem aos contributos de alguns dos partidários da heterogeneidade do *habitus* com Lahire (1998). Para este autor “*as teses da unicidade e da homogeneidade* (tanto da cultura como do actor) *não têm nenhuma evidência.*” (Lahire, 1998:20). Para fundamentar esta sua afirmação o autor recorre às teorias do “*cognitive style*” (Berry, 1976; Within, 1967), que defendem que “*um mesmo estilo cognitivo estaria no princípio das mais diversas condutas cognitivas dos sujeitos.*” Ancora-se, também, em Geoffrey E. R. Lloyd, que afirma que “*é difícil validar historicamente a ideia da existência de uma «mentalidade única» num grupo ou num indivíduo, seja qual for a actividade social considerada.*” E, ainda, em Erving Goffman que critica os “*mitos comuns da identidade pessoal invariável*”, defendendo “*um si-mesmo que flutua em cada nova situação.*” (Lahire, 1998:20). O autor coloca em 1º plano “*as condições sócio-históricas que tornam possível um actor plural ou um actor caracterizado por uma profunda unicidade*” (1998:24), considerando que esta questão é simultaneamente teórica, na medida em que a produção científica é determinada pelas condições sócio-históricas em que emerge, e histórica, já que revela a importância dos contextos históricos no modo como se conceptualiza a realidade.

Para Lahire, o *habitus* resulta de uma multiplicidade de situações sociais, nas quais o actor se encontra em simultâneo. Daí que ele constitua um sistema de disposições com alguma plasticidade, isto é, em crise com algumas situações mas com capacidade para se adaptar, sem muito sofrimento, já que os esquemas incorporados se conseguem actualizar noutros contextos, noutras situações sociais. Assim, para Lahire existem dois tipos de hábitos. Os hábitos corporais, gestuais, sensorio-motores, etc. e os hábitos reflexivos, deliberativos, racionais ou calculadores. Deste modo Lahire rompe com a dicotomia hábito ou rotina / reflexividade e consciência, afirmando que todo o hábito é construído socialmente através da repetição e do treino quer formal quer informal (processo de socialização: interiorização, naturalização). Consequentemente, o hábito corresponde a um esquema de acção e aos “*resumos de experiência*” (Piaget), sendo activado por elementos desencadeantes. Procuraremos constatar que práticas de consumo correspondem a estes dois tipos de hábitos.



O comportamento ou a prática corresponde, assim, à activação de uma dada disposição num dado contexto, conceptualizado como “o produto da interacção entre (relações de) forças internas e externas.” (Lahire, 2005:37). Quer as forças internas quer as externas constroem e solicitam o indivíduo de modo variável, daí que este tenha a ilusão de liberdade de comportamento, não tendo consciência dos determinismos que sobre ele se exercem. Entre estes o autor refere: i) o económico; ii) o temporal e iii) o espacial. Importa, pois, verificar que influências exercem ao nível das práticas de consumo.

As disposições são incorporadas através de três tipos de socializações. A «socialização directa, a “socialização silenciosa” e a «socialização ideológico-simbólica de crenças» (Lahire, 2004:334-5). Estes diferentes tipos de socializações estão na origem de quadros culturais e simbólicos homogéneos ou heterogéneos. É possível ou não estabelecer uma correspondência entre cada tipo de socialização e um padrão de consumo? Acresce, ainda, que mesmo permanecendo nos mesmos contextos (família, escola, trabalho, etc.), o actor nunca é o mesmo nem lê a situação da mesma forma. Os próprios contextos modificam-se. Em cada situação presente podem ser activadas ou inibidas disposições incorporadas, constatando-se sempre uma imprevisibilidade do comportamento. As práticas de consumo comprovam-no ou não?

Retivemos, também, a hipótese formulada por Lahire segundo a qual “cada actor incorpora uma multiplicidade de esquemas de acção (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de avaliação, de apreciação, etc.) de hábitos (hábitos de pensamento, de linguagem, de movimentos,...) que se organizam tanto em repertórios como em contextos sociais pertinentes que aprendem a distinguir – e muitas vezes a dar nome – através do conjunto das suas experiências socializadoras anteriores” (Lahire, 1998:36-37), que procuraremos testar.

Por último, importa destacar na análise de Lahire as questões do poder e da dominação. Para reforçar a teoria da acção, Lahire retoma de Norbert Elias a sugestão do “paralelogramo das forças” e a “deslocação do centro de gravidade do ego” de Ribot. Nesta perspectiva a margem de “liberdade” detida pelo actor decorre da capacidade de alterar as forças internas e externas que sobre ele agem, isto é, do seu maior ou menor autodomínio e da invenção de técnicas de autocontrolo.

Considerando, agora, os contributos de Casanova (1995), propomo-nos verificar se a análise das práticas de consumo permite ou não distinguir no *habitus* um conjunto de características associadas ao carácter determinista e à sua faceta mais “indeterminada” ou “aleatória”.

Importa, também, atender a um conjunto de dificuldades mas também de pistas de desenvolvimento do conceito de *habitus* apresentadas por Casanova. Concretamente, falta procurar saber em que medida o “gosto” resulta de uma articulação entre um sistema de disposições (inconsciente) e de preferências (individuais e racionalmente definidas)? A resposta a esta questão pressupõe uma distinção entre o “gosto da necessidade”, determinado pelas condições materiais objectivas, e o “gosto do luxo” que detém um menor grau de determinação. Prende-se, também, com diferenças ao nível do volume de capital social, cultural e simbólico. Uma outra possibilidade é questionarmos se, no caso do “gosto do luxo”, estaremos ou não face a uma nova racionalidade e, por outro lado, atendermos à capacidade de agência dos actores sociais.

Finalmente integraremos alguns dos contributos de Kaufmann (2001) que nos parecem pertinentes para a análise da relação *habitus*-hábito. A existência de comutatividade nesta relação permitiu constatar que a incorporação dos esquemas de pensamento e de acção na memória implícita constitui uma exteriorização, já que estes se inscrevem no espaço familiarizado, de socialização íntima, que envolve e contém o indivíduo (Kaufmann, 2001:271). É através desta exteriorização contínua que o Homem se constrói e reconstrói a si próprio quotidianamente, num movimento permanente que lhe indica o que fazer e quem ele é.

Quando a exteriorização-objectivação se transforma em imagem ou obra sai da infra-estrutura individual para os espaços de socialização partilhados. De acordo com esta hipótese a exteriorização-objectivação constitui o processo central a partir do fenómeno social, e a subjectividade encontra-se no seio deste



mesmo processo. Deste modo, a individualização da memória social pressupõe sempre a subjectividade. Para tentar testar esta hipótese e, assim, produzir um novo conceito de indivíduo, é necessário analisar as relações sociais em sentido lato, definidas como relações entre “*seres humanos e não humanos num mundo sócio-histórico pré-construído*”, e produzir instrumentos teóricos no sentido de provas empíricas (Kaufmann, 2001: 274-5). Qual o contributo da análise do consumo enquanto prática social para atingir tão ambicioso objectivo?

5. *Habitus* e reflexividade

A análise que nos propomos realizar às relações entre *habitus* e reflexividade integra os contributos de Costa (1999), no que concerne às relações entre estrutura e práticas sociais. O autor considera que na proposta de Bourdieu, são as estruturas que determinam as práticas. Nesta conceptualização, ao cruzarem-se os *habitus* com os *campos*, torna-se evidente que a produção das práticas sociais é, simultaneamente, reprodução das estruturas sociais que as determinam (Costa, 1999: 484). Procuraremos confirmar, através da análise das práticas de consumo, esta relação.

Costa salienta, ainda, que Bourdieu ao subordinar o princípio orientador das práticas sociais à lógica do interesse ou ao *illusio*, que considera sinónimo, reduz drasticamente as possibilidades de orientação da acção. O autor, ancorado nos contributos de Sahlins, Dubet, Boltanski e Nicos Mouzelis, defende a transformação da relação entre estrutura e acção em problema de pesquisa teórica e empírica, centrado na determinação das variações de prevalência entre ambas, das diferentes ponderações e articulações atendendo a cada situação particular (Costa, 1999:488). Parece-nos pertinente verificar, através da análise das práticas de consumo, se Bourdieu reduz drasticamente as possibilidades de orientação da acção. E, por outro lado, se esta mesma análise permite ou não identificar quer as modalidades de acção de maior implicação prática, quer as de mais acentuado distanciamento crítico, teórico ou estratégico.

Sem desvalorizar o contributo de Bourdieu, no que se refere à análise da dominação simbólico-ideológica, Costa considera importante reelaborar o conceito de capital cultural, nomeadamente ao nível da teoria substantiva sobre as culturas populares, de modo a que este se aproxime dos de “*capitais de subcultura*” ou “*capitais subculturais*”, conceptualizados por Stuart Hall e Tony Jefferson, Sarah Thornton ou Machado Pais (Costa, 1999: 177). Interessa, assim, questionar se a análise das práticas de consumo permite ou não confirmar que a concepção de cultura proposta por Bourdieu, ao centrar-se nos processos de dominação simbólica adquire um cunho marcadamente “*legitimista*” [expressão utilizada por Grignon e Passeron (Costa, 1999:175)].

A teoria implícita das práticas comuns de escrita de Lahire (1998) constitui uma outra crítica ao modo como Bourdieu teoriza a formação da relação reflexiva, como disposição estética, separada da linguagem. Para Lahire a escrita é, por um lado, o modo como se constrói socialmente o tempo, isto é, se constitui o futuro e, por outro, uma prática de racionalização (do tempo, das actividades, do dinheiro, etc.). A escrita surge associada a actividades complexas ao extraordinário e excepcional. Pelo contrário, o oral está associado ao ordinário e habitual. Esta distinção é ou não visível ao nível das práticas de consumo?

Lahire considera, também, que uma teoria da acção deve contemplar, obrigatoriamente, a análise das diferentes formas de reflexão por relação aos diferentes tipos de acção. Designadamente à acção reflexiva, planeada, calculada e, também, reflectida imediata ou posteriormente e à acção pré-reflexiva, não planeada, não calculada, analisada por relação aos tipos de acção e de actores. A análise das práticas de consumo torna ou não visível a relação entre as formas de reflexão e os diferentes tipos de acção.

Para Pinto (2007) a prática social pressupõe saberes e implica a estruturação dos mesmos. Esta mesma proposição leva Malglaive a distinguir entre “saberes teóricos”, “saberes processuais”, “saberes-fazer” e “saberes práticos” e a analisar as suas combinações possíveis. Um outro contributo de Malglaive, referido por Pinto, é a utilização dos conceitos de “Sistema de Representação e Tratamento” (SRT) e de “domínio de tarefas” propostos por J. M. Hoc, no âmbito da Psicologia Cognitiva, para a análise das dificuldades de



aquisição de conhecimento associadas a símbolos e a operações abstractas. De referir, ainda, que ao articular a acção com a cognição Malglaive distingue a acção não controlada pela cognição, da acção acompanhada pela cognição e da acção dominada pela cognição.

Pinto retoma os contributos de Bourdieu para desenvolver a ideia de “reflexividade reformista”. Ao fazê-lo, reforça que o modo como Bourdieu identifica e analisa o sistema de determinações objectivas das práticas (social, científica, sociológica) não é inconciliável “com a identificação e análise das condições da sua *transformação*” (Pinto, 2007:50). Ainda ancorado em Bourdieu, o autor enuncia duas propriedades do campo científico a saber: o seu fechamento relativo e a facilidade de comunicação e de interpelação entre actores e receptores e a “aceitação tácita” (Pinto, 2007:51). Para o autor importa não esquecer que a força das ideias é condicionada pela dimensão política do campo científico. Ao desenvolver a noção de «auto-análise», o autor refuta, ainda, a incompatibilidade entre as propostas de Bourdieu e a análise de singularidades. Na verdade o que Bourdieu recusa é basear explicações em “qualidades essenciais imputadas a uma entidade individual (indivíduo como «variável independente»”, (Pinto, 2007:54).

Pinto propõe-se clarificar o modo como se conceptualiza a «reflexividade» e a «modernização reflexiva» nas sociedades contemporâneas. Saliencia duas propostas mais consensuais. Uma visão mais «optimista» defende que as sociedades de «modernidade reflexiva» disseminam disposições capazes de prever os problemas decorrentes da incerteza e do risco e, simultaneamente, de os formular e solucionar com base em conhecimentos científicos. Uma perspectiva menos «optimista» dos processos sociais, em que autores como Nico Stehr e Steven Loyal salientam diversas complexidades, designadamente no “domínio da enunciação pública de problemas sociais”, relativizando a capacidade das «grand theories» no que se refere à transparência que as sociedades reflexivas e de risco têm de si mesmas. Pinto desenvolve, também, a proposta de Diana Crane a propósito dos “processos de circulação das formas culturais nas sociedades contemporâneas”, na qual a dicotomia cultura popular/cultura erudita é substituída por três grandes tipos de organização cultural, o «*core domain*», o «*peripheral domain*» e o «*urban culture*» (Pinto, 2007:101). As dinâmicas culturais contemporâneas serão caracterizadas por tensões entre os domínios «*core*» e «*urban*» ou, como sugere Pinto, «*local culture*». Com base no modelo de Diana Crane, Pinto formula a seguinte questão: Como é possível, em sociedades ditas reflexivas, identificar «aspirações-problemas sociais» não declarados? Esperamos que a análise das práticas de consumo facilite a compreensão deste processo.

6. Questões metodológicas

Importa, desde logo, tornar clara a opção de estudar as práticas de consumo a partir da análise das despesas. Primeiro, esta escolha encontra fundamentação no enquadramento teórico elaborado para a pesquisa. Segundo, as despesas permitem, do mesmo modo que outros indicadores possíveis, analisar questões centrais da sociologia do consumo (desigualdades sociais, relação entre consumo e cultura, entre outras). Terceiro, porque é possível iniciar a investigação a partir de uma análise secundária de dados que se encontram disponíveis (INE e Eurostat), economizando recursos. Razões, por si só, suficientes para justificar esta escolha.

Assim, a análise quantitativa realizada centrou-se nos dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), do INE, entre 1967 e 2005-06, e nos da publicação “Consumidores na Europa: factos e figuras” da Eurostat, para o ano de 1999, e foi desenvolvida a dois níveis. Primeiramente uma análise da variação percentual das despesas na estrutura do orçamento das famílias e, depois, uma outra correspondente à aplicação da Análise em Componentes Principais (ACP) à matriz de dados em análise. Pretendia-se identificar as variáveis determinantes ao nível dos comportamentos de consumo, as componentes principais e as rubricas de despesa que estabelecem a distinção.

Esta análise reforçou algumas das limitações que decorrem de uma utilização secundária de dados e que não devem ser ignoradas. Por outro lado, a taxinomia utilizada promoveu o questionamento centrado nos conceitos de «gosto da necessidade» e de «gosto do luxo» e, conseqüentemente, conduziu a uma nova reorganização das rubricas de despesa, mais distintiva sob o ponto de vista sociológico.



7. Principais resultados parciais da análise quantitativa

A análise quantitativa realizada aos dados do IOF e da Eurostat permitiu constatar que as despesas com *alimentação* (C01), *habitação* (C04) e com *transportes* (C07) dominam, com valores variáveis quer ao longo do tempo, quer em termos do país em análise, a estrutura do consumo das famílias. Nos países que integram a União Europeia a importância relativa destas três rubricas de despesa varia entre os 46,4% (Malta - MT) e os 66,2% (Lituânia - LT) do total do orçamento das famílias (Quadros 1 e 2). A sua posição é, também, variável denotando a influência do nível de desenvolvimento económico e social do país em análise (Lei de Engel) e do volume de capital económico e cultural das famílias (Bourdieu), que correspondem a variáveis centrais na determinação das estruturas do consumo. A influência destas variáveis permite distinguir, desde logo, dois conjuntos de países, designadamente os que constituíram a Europa dos 15 e os que a integraram em 2004. Enquanto no primeiro grupo de países as despesas com *alimentação* (C01) já não ocupam o 1º lugar na estrutura do orçamento familiar e, podem mesmo, descer para a 4ª posição (Alemanha - DE e Reino Unido - UK), no segundo grupo de países continuam a dominar a estrutura do orçamento familiar, com a excepção de Chipre (CY).

Quadro 1. Valor percentual das principais rubricas de despesa para os países membros da “Europa dos 15”, 1999

	BE	EL	ES	FR	IE	IT	PT	DK	LU	AT	FI	SE	NL	DE	UK
C01	13,3	16,6	18,3	15,4	15,7	19,0	18,7	13,1	10,1	13,4	14,2	15,4	10,5	11,0	10,5
C04	26,2	21,9	27,5	27,7	27,3	24,7	19,8	28,4	27,4	23,9	28,1	26,8	26,7	31,3	28,3
C07	12,5	11,2	12,5	13,9	13,3	13,7	15,0	14,1	15,5	14,4	17,0	13,4	10,3	13,3	13,6

Fonte: Eurostat (2005)

Quadro 2. Valor percentual das principais rubricas de despesa para os países que integraram a UE em 2004, 1999

	CY	CZ	LV	HU	PL	EE	LT	SK	MT	SI
C01	17,8	23,2	39,1	25,0	32,3	34,0	45,7	29,8	21,1	24,0
C04	19,8	17,5	17,7	20,0	19,1	18,0	12,9	15,8	9,0	10,7
C07	18,0	11,3	7,6	11,5	9,6	6,0	7,6	8,6	16,5	17,6

Fonte: Eurostat (2005)

Os dados relativos a Portugal (Continente) evidenciam uma clara diminuição do valor percentual das despesas com *alimentação* (C01) entre 1967 e 2006, passando de 1ª para a 2ª maior despesa, com valores percentuais de 45,87% e 15,5%, respectivamente (Quadro 3). Esta mudança indicia um aumento do nível de desenvolvimento socioeconómico do país. As despesas com *habitação* (C04) e com *transportes* (C07) aumentaram de 14,25% para 26,6% e de 5,41% para 19,9%, respectivamente. Consequentemente, a estrutura do orçamento familiar tornou-se mais equilibrada. As despesas com *transportes* (C07) reflectem, entre outros aspectos, a mudança ao nível da organização do espaço (local de residência / local de trabalho / local de lazer), e o significado simbólico associado ao «automóvel». Este, tal como a *habitação* (C04), tornou-se indispensável, sem contudo ter perdido o carácter distintivo.



Esta análise permitiu, ainda, identificar um conjunto de despesas particularmente significativas quer pela importância relativa que têm vindo a assumir na estrutura do orçamento familiar, quer pelo facto de se afirmarem como despesas características de uma nova estrutura-tipo de consumo. Esta tem como traço distintivo o relevo que as determinantes culturais parecem assumir face às determinantes socio-económicas. As despesas em causa são *Lazer, distração e cultura* (C09), *Hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11) e *Comunicações* (C08). As duas últimas despesas estão fortemente associadas a características das sociedades actuais [mudanças ao nível dos papéis sociais (papel da mulher), das sociabilidades, das novas tecnologias de comunicação e de informação, entre outras], e reforçam o carácter determinante da cultura nas escolhas de consumo, como já foi referido.

Quadro 3. Valor percentual das principais rubricas de despesa do orçamento familiar entre 1961 e 2006 – Continente

	1967-68		1973-74		1980-81		1989-90		1994-95		2000		2005-06	
C01	45,87*	1 ^a	38,46	1 ^a	36,26	1 ^a	29,43	1 ^a	21,00	1 ^a	18,58	2 ^a	15,5	2 ^a
C04	14,25	2 ^a	13,57	2 ^a	9,19	4 ^a	12,12	3 ^a	20,28	2 ^a	19,69	1 ^a	26,6	1 ^a
C07	5,41**	6 ^a	6,85	5 ^a	12,77	2 ^a	14,68	2 ^a	17,17	3 ^a	14,96	3 ^a	19,9	3 ^a

* Inclui bebidas (alcoólicas e não alcoólicas)

** C07 = Transportes + Comunicações

Fonte: INE

As despesas com *Lazer, distração e cultura* (C09), ocupam a 4^a posição na estrutura do orçamento das famílias residentes na Bélgica (BE), Dinamarca (DK), Irlanda (IE), Holanda (NL), Áustria (AT), Finlândia (FI), República Checa (CZ), Estónia (EE), Malta (MT) e Polónia PL), com valores entre 12,3% e 7% (quadros 4 e 4.1). Em Portugal (PT) os valores são próximos dos 5% e a posição oscila entre o 6^o e o 8^o lugar, permanecendo uma despesa pouco significativa e constituindo um indicador do ainda incipiente nível de desenvolvimento do país. Não obstante importa salientar que o crescimento médio anual da importância relativa desta rubrica foi de 10,4%, entre 1997 e 2002 (Eurostat, 2005:25).

Quadro 4. Valor percentual da despesa com *Cultura e Lazer* (C09), nos países da “Europa dos 15”, 1999

	BE	EL	ES	FR	IE	IT	PT	DK	LU	AT	FI	SE	NL	DE	UK
C09	10,7	4,5	6,2	7,4	9,2	6,3	4,8	11,2	8,7	12,3	10,7	14,6	10,4	11,9	13,4

Fonte: Eurostat (2005)

Quadro 4.1. Valor percentual da despesa com *Cultura e Lazer* (C09), nos países que integraram a EU em 2004, 1999

	CY	CZ	LV	HU	PL	EE	LT	SK	MT	SI
C09	6,0	11,3	5,7	6,8	7,0	7,0	3,6	8,3	10,0	8,7

Fonte: Eurostat (2005)



Na Análise em Componentes Principais (ACP) realizada à matriz de dados da Eurostat (gráfico 1), o 1º eixo explica 31,63% da variância da variável estrutura do consumo e o 2º eixo explica 20,6%, conferindo um grau significativo de fiabilidade à mesma. Da leitura do 1º eixo não podemos deixar de salientar a proximidade entre as despesas com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01), e com *comunicações* (C08), que corroboram a importância que esta última rubrica de consumo adquiriu na contemporaneidade, passando de uma “necessidade derivada” para uma “necessidade essencial/básica” na era da globalização. Queremos, também, destacar a presença simultânea de países com um menor grau de desenvolvimento socioeconómico, designadamente a Hungria (HU), a Polónia (PL), a Letónia (LV) e a Lituânia (LT) e das despesas com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01), do lado direito deste 1º eixo, por oposição à presença, também simultânea, de países com maior grau de desenvolvimento socio-económico, designadamente Finlândia (FI), a Dinamarca (DK), Alemanha (DE), Reino Unido (UK), Áustria (AT), Bélgica (BE) e França (FR) e das despesas com *lazer, distração e cultura* (C09) e com *outros bens e serviços* (C12), do lado esquerdo do eixo. Designamos este eixo como «eixo das necessidades» uma vez que opõe «despesas em bens essenciais» a «despesas com bens de luxo» ou, na perspectiva de Bourdieu, o «gosto da necessidade» ao «gosto do luxo».

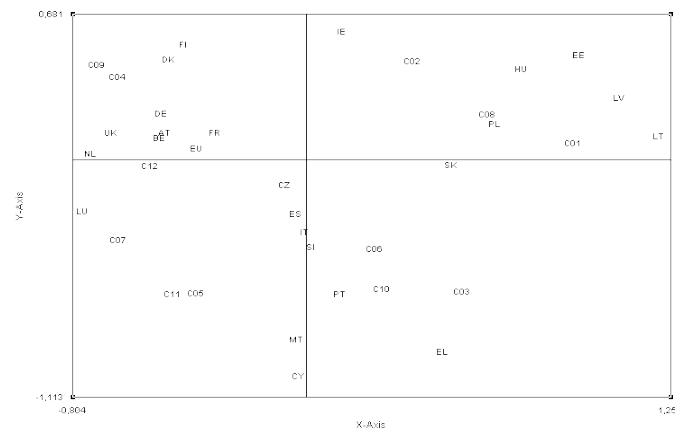


Figura 1. Análise em Componentes Principais (ACP) aos dados da Eurostat, 1999.

Do eixo 2, queremos destacar a presença simultânea das despesas com *Bebidas alcoólicas* (C02) e da Irlanda (IE), no lado positivo, por oposição à presença, também simultânea, das rubricas de despesas *Saúde* (C06) e *Ensino* (C10) e de Portugal (PT) e da Grécia (EL), no lado negativo. Estas despesas, pouco significativas na estrutura do orçamento familiar, revelam traços culturais que se repercutem nas estruturas de consumo, daí designarmos este eixo de «eixo cultural». Com esta designação queremos, uma vez mais, destacar os contributos de Costa relativamente à necessidade de reelaborar o conceito de capital cultural.

Da análise da matriz invertida dos dados da Eurostat (gráfico 2) retivemos, apenas, o 1º eixo factorial, já que este concentra 80,98% da variância da variável países membros da UE, em 2004. Este factor, correspondente ao eixo do x, revela, no seu lado positivo, uma hierarquia dos países em análise definida em função do grau de desenvolvimento socioeconómico e da estrutura de consumo, pelo que o designamos de “eixo do desenvolvimento”. No 1º quadrante encontramos todos os países que integram a designada Europa dos 15, com excepção de Portugal, que surge no 2º quadrante, imediatamente a seguir ao Chipre (CY). É no 2º quadrante que se encontram todos os países que integraram a UE em 2004. Este é mais um indicador que reforça o incipiente nível de desenvolvimento de Portugal.

Importa atender, ainda, à projecção das diversas rubricas de despesa nos eixos factoriais e nos quadrantes, resultante da ACP. Ela revela quais são as despesas que caracterizam as diferentes estruturas-tipo de consumo e, também, aquelas que são distintivas ao nível dos comportamentos de consumo. Procurando



testar a validade e fiabilidade da projecção obtida através da ACP, submetemos a matriz de dados a um outro programa de análise factorial (SPSS)!. De novo as despesas com *alimentação* e *habitação* surgem como dominantes na estrutura de consumo das famílias portuguesas, a par com as despesas com *saúde* (Figura 3).

A posição das despesas com *habitação* nesta projecção permite que as mesmas possam ser, simultaneamente, consideradas como despesas essenciais e distintivas. As despesas com *comunicações* e com *móveis* estabelecem, também, a distinção ao nível das estruturas de consumo.

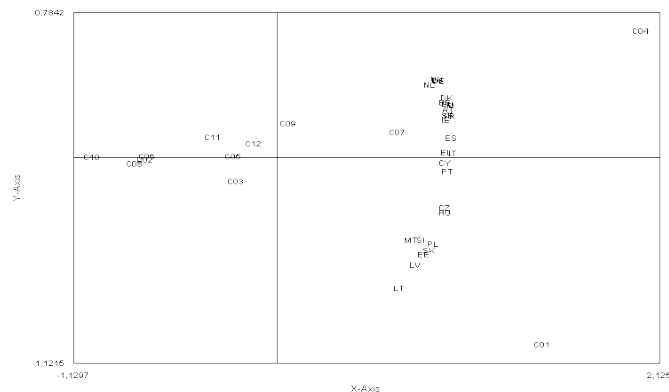


Figura 2. Análise em Componentes Principais (ACP) aos dados da Eurostat, 1999 – Matriz invertida

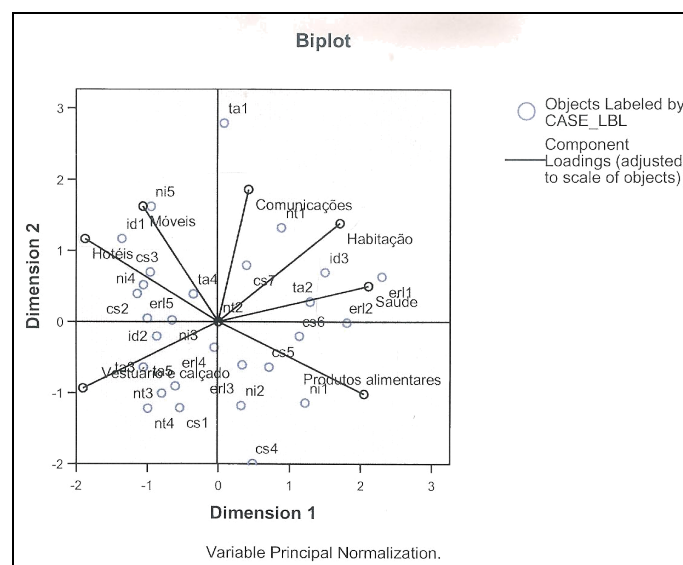


Figura 3. Projecção da variável principal normalizada (SPSS)

8. Conclusão: estratégias teórico-metodológicas para uma análise micro e qualitativa

Os resultados da análise à matriz de dados do IOF e da Eurostat, embora ainda preliminares, permitem confirmar uma das grandes teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida. O capital económico e o cultural afirmam-se como determinantes na estruturação do sistema de disposições e, assim, das práticas que são, simultaneamente, estruturadas e estruturantes.

Uma outra ilação retirada desta análise remete para a importância e autonomia que a cultura assume face às determinantes económicas, ao nível dos comportamentos de consumo. Para fundamentarmos esta



hipótese recorreremos, uma vez mais, aos contributos de Costa (1999). Para o autor a abordagem teórica da cultura proposta por Bourdieu não abrange as dimensões comunicacionais e interactivas. Para Costa esta articulação permite, por um lado, caracterizar a cultura como simultaneamente reguladora e regulada pelos processos de comunicação que se desenvolvem em contextos de interacção por ela padronizados e nos quais ela emerge enquanto criação simbólica e, por outro lado, romper com o modelo individualista e unilateral do emissor-receptor (Costa, 1999: 337-8).

Também para Costa as questões relativas ao meio social, designadamente os fenómenos de localidade, as redes sociais, quadros de interacção ou colectivo social organizado, não foram suficientemente elaboradas pelo “*novo movimento teórico*”, no qual se incluem autores como Giddens, Bourdieu, Habermas e Alexander. Importa atender aos contextos e às interacções que neles se desenvolvem, ultrapassando a dicotomia demasiado redutora entre micro e macro, nomeadamente em investigações centradas nos valores sociais, no consumo enquanto prática e nos estilos de vida. Esta perspectiva de análise é partilhada, entre outros, por Norbert Elias, Derek Layder, Niklas Luhmann, Nicos Mouzelis ou Neil Smelser (Costa, 1999: 489-91).

Para testar esta hipótese e, simultaneamente, tentar superar as dificuldades na operacionalização do conceito de *habitus* apoiamo-nos na proposta de Casanova (1995). Assim, definimos como actores sociais relevantes 30 famílias residentes na grande área metropolitana do Porto. Ao fazê-lo incluímos na análise os fenómenos de urbanização, conurbação, periurbanização e de rurbanização que, ao encontrarem-se associados a distintos níveis de equipamentos, traduzem diferenças em termos da oferta e, portanto, ao nível das práticas de consumo. Os agregados familiares foram seleccionados em função do sexo, do tipo de agregado e em termos do capital escolar institucionalizado, enquanto forma de capital cultural e escolar altamente valorizada a partir de Bourdieu, no que se refere à análise da dominação simbólico-ideológica, já que é tido como mais revelador da reprodução social do que o próprio capital económico. A estes agregados foi solicitado que preenchessem uma “lista de despesas” que integra as rubricas de consumo identificadas como distintivas, na análise realizada. Este pedido implicou uma reflexividade sobre as práticas, uma consciência discursiva e, em certos casos, uma alteração dos consumos. O seu efeito é duplo. Interfere sobre os resultados e possibilita a formulação de uma nova hipótese que questiona a relação entre reflexividade e prática quotidiana.

A análise empírica inclui, ainda, a realização de entrevistas biográficas a 13 destas famílias, escolhidas de modo a privilegiar as questões de género. Propomo-nos investigar o modo como estas se repercutem nos comportamentos de consumo e no modo como os indivíduos constroem a sua história de vida.

Com cada família realizamos três entrevistas centradas na relação do consumo com a pertença familiar e o percurso escolar, com o trabalho e os amigos e com os tempos livres. Através delas pretendemos reconstruir o contexto sociográfico, as socializações múltiplas e os outros significativos, seguindo a metodologia proposta por Lahire (2004).

Estas são as estratégias teórico-metodológicas definidas para testar as diversas hipóteses integradas no enquadramento teórico. O desafio é verificar se quando descemos aos níveis meso e micro a pluralidade do actor social se confirma ou não.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.

CASANOVA, J. Luís (1995), “Uma avaliação conceptual do *habitus*”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 18, pp. 45-68



- COSTA, A. Firmino (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora
- ELIAS, Norbert (2004), *A Sociedade dos Indivíduos: A questão cardeal da sociologia*, (Trad. Mário Matos), Lisboa, Dom Quixote.
- EUROSTAT (2005), *Consumers in Europe. Facts and figures (Data 1999-2004)*, Luxembourg, European Communities.
- GIDDENS, Anthony (1994), *A Modernidade e a Identidade Pessoal*, (Trad. Miguel Vale de Almeida), Oeiras, Celta Editora.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*, New York, Harper & Row.
- INE, *Inquéritos às Receitas e Despesas Familiares*, Edições de 1967-68, 1973-74 e 1980-81.
- INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, Edições de 1989-90, 1994-95 e 2000.
- INE, *Inquérito às Despesas das Famílias*, Edição de 2005-06.
- KAUFMANN, Jean-Claude (2004), *L'invention de Soi: une théorie de l'identité*, Paris, Armand Colin.
- LAHIRE, Bernard (1998), *Homem Plural. Os determinantes da acção*, (Trad. Brasileira, s/d), Brasil, Editora Vozes.
- (2004), *Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais*, (trad. Patrícia Chittoni, Ramos Reuillard e Didier Martin), Porto Alegre, Artmed Editora.
- PINTO, J. Madureira (2007), *Indagação científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento.
- REYNAUD, Jean-Daniel (2002), "Restituer aux hommes le sens de leurs actes" (*In memoriam* – Pierre Bourdieu), *Revue Française de Sociologie*, Janvier-mars 2002, 43-1, pp. I-V.
- WACQUANT, Loïc (2004), "Esclarecer o Habitus", *Sociologia*, 14, pp. 35-41.

ⁱ Não podemos deixar de fazer aqui um agradecimento público ao Prof. Doutor Virgílio Borges pelo contributo na análise da matriz de dados no SPSS.